



XXIII Seminário Nacional de
Bibliotecas Universitárias

17 A 20 DE NOVEMBRO
SÃO PAULO - SP

Eixo 7 – Censura e pós-verdade

Os bibliotecários como promotores da integridade da informação

Librarians as promoters of information integrity

Carlos Alberto Ávila Araújo – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) –
carlosaraujoufmg@gmail.com

Resumo: A ideia de integridade da informação surgiu como uma estratégia de combate aos efeitos nocivos da desinformação e fenômenos correlacionados. O objetivo deste trabalho é apresentar o conceito a partir dos documentos nos quais ele surgiu, destacando-se em seguida a análise de seus três componentes: a precisão, a consistência e a confiabilidade. O método usado é a discussão teórica sobre cada um deles. Após uma introdução sobre as várias e possíveis missões da Biblioteconomia ao longo dos tempos, propõe-se que a Biblioteconomia possa assumir como tarefa, também, a promoção da integridade da informação.

Palavras-chave: Integridade da informação. Missão da Biblioteconomia. Desinformação.

Abstract: The idea of information integrity emerged as a strategy to combat the harmful effects of misinformation and related phenomena. The objective of this paper is to present the concept based on the documents in which it emerged, then highlighting the analysis of its three components: accuracy, consistency, and reliability. The method used is a theoretical discussion of each of these. After an introduction to the various and potential missions of librarianship over time, it is proposed that librarianship can also take on the task of promoting information integrity.

Keywords: Information integrity. Mission of Librarianship. Disinformation.

1 INTRODUÇÃO

A obra “A missão do bibliotecário”, de Ortega y Gasset (2006), tornou-se uma referência filosófica e existencial fundamental para a Biblioteconomia nos anos seguintes. Ela consiste na conferência de abertura do II Congresso Mundial de





Bibliotecas e Bibliografia, promovido pela IFLA (Federação Internacional de Associações de Bibliotecários) em maio de 1935. Nessa obra, ele argumenta sobre o significado do termo “missão”, indicando ser aquilo que uma pessoa deve fazer de sua vida, sendo esse dever fazer não uma inevitabilidade, mas uma escolha – o que implica responsabilidade e o próprio sentido da vida, da existência. Logo depois, ele aborda a questão da missão profissional, indicando que as sociedades também possuem missões e que, portanto, existem necessidades sociais às quais as diversas profissões atendem. O ponto mais importante da sua argumentação é o fato de que as necessidades sociais não são algo fixo, estável, mas sim históricas, elas mudam no tempo e no espaço. Dessa forma, o trabalho do bibliotecário se relaciona com o que o livro e a informação significaram e significam em cada época. Ortega y Gasset (2006) analisa, então, a missão dos bibliotecários em diferentes períodos, como o século XV, início do XIX e a virada do XIX para o XX.

Nesse mesmo período, obras importantes como as de Butler (1971) e Ranganathan (2009) também estabeleceram referências fundamentais sobre o que deve ser e fazer a Biblioteconomia e os bibliotecários. O livro de Butler, publicado em 1933, discute a biblioteca como uma força na sociedade a partir de uma perspectiva sociológica, uma psicológica e outra histórica. O de Ranganathan é de 1931 e apresenta as cinco leis da Biblioteconomia, com forte sentido funcionalista, no qual prevê a maximização dos usos dos livros e do atendimento das necessidades dos públicos.

Nas décadas seguintes, muitas obras apontaram distintas missões para a Biblioteconomia, incluindo perspectivas críticas (Almeida Jr, 1997), educativa e inclusiva (Cysne, 1993) e cultural (Bertrand; Alix, 1998). No século XXI, surgiram demandas como a fundamentação científica do campo (Alfaro López, 2010), sua vinculação à cultura digital (Pérez Pulido; Herrera Morillas, 2006) e sua relação com a promoção dos direitos humanos (Samek, 2008). Um pouco depois, ganhou destaque mundial a proposta da “Nova Biblioteconomia” de Lankes (2011), na qual o papel dos bibliotecários seria ajudar no progresso das sociedades facilitando a produção de conhecimentos nas várias comunidades.

De acordo com Araújo (2017), algumas das questões mais recentes no campo da Biblioteconomia incluem os estudos em mediação e apropriação da informação, a discussão da pós-verdade, a nova biblioteconomia e a nova missão da biblioteca, o



gerenciamento do patrimônio cultural, a busca da diversidade e pluralidade pelas bibliotecas, a biblioteca como esfera pública, a biblioteca 2.0, as bibliotecas digitais e o movimento da competência em informação.

A discussão sobre as missões da Biblioteconomia é muito vasta e poderia incluir muitos outros aspectos. Neste texto, contudo, o objetivo foi apenas o de introduzir a questão para apresentar uma possível nova missão para a Biblioteconomia nos tempos atuais, em que termos como *fake news*, desinformação, pós-verdade e infodemia têm sido utilizados para descrever as condições de produção, circulação e apropriação da informação. Essa nova missão seria a promoção da integridade da informação.

Dessa forma, este trabalho consiste na discussão sobre a integridade da informação como uma possível missão do profissional bibliotecário nos tempos atuais. Para o desenvolvimento dessa discussão, inicialmente é apresentado o conceito de integridade da informação, tal como formulado nos documentos em que surgiu. A seguir, são apresentados seus três elementos. Logo depois, realiza-se uma análise de cada um deles, de forma a deixar mais claro o seu potencial para fazer da informação uma força construtiva e benéfica para a sociedade – e os possíveis papéis dos bibliotecários nesse processo.

2 INTEGRIDADE DA INFORMAÇÃO: UMA NOVA AGENDA INFORMACIONAL

A ideia de integridade da informação como uma proposta de ação de combate à desinformação e a fenômenos correlatos, como os discursos de ódio e as teorias da conspiração, surgiu em 2023, no âmbito de instituições multilaterais como a Organização das Nações Unidas (ONU) e o G20, um fórum composto pelos países que possuem as vinte maiores economias do mundo. Vários documentos oficiais foram produzidos desde então, buscando definir o termo, apresentar suas características e traçar linhas de ação de diferentes atores envolvidos com tais questões. Contudo, tais documentos ressaltam que ainda não se trata de um conceito estabelecido.

Nestes documentos, muitas vezes, há convites para que a comunidade científica atue na busca por uma fundamentação do conceito. O presente artigo se insere nessa perspectiva, buscando discutir os três componentes básicos da integridade da informação: a precisão, a consistência e a confiabilidade. Em muitos documentos, eles



são mencionados, mas não há um aprofundamento da discussão sobre o significado de cada um deles.

A ideia de integridade da informação, de acordo com Santos (2024), ganhou destaque mundial em junho de 2023, quando foi publicado o documento “Our Common Agenda: Policy Brief 8”, pela ONU. Conforme a autora, em 2024 outras duas etapas importantes aconteceram para consolidar a proposta da integridade da informação: a assinatura do Pacto Digital Global e a consolidação dos cinco princípios globais da integridade da informação, pela ONU.

Outro organismo internacional multilateral envolvido com a integridade da informação é o G20. Em 2023, foi lançada por este grupo a Declaração Global sobre Integridade da Informação Online. Nos dias 30 de abril e 01 de maio de 2024, ocorreu um evento paralelo do G20 com o tema “Integridade da informação e confiança no ambiente digital”. Em 2024, o G20 publicou o documento “Possible Approaches to Promoting Information Integrity and Trust in the Digital Environment”.

Esses documentos apresentam uma série de pontos comuns em relação à definição de integridade da informação. Em primeiro lugar, o uso da expressão “poluição da informação”, para enfatizar o fato de que um ecossistema de informação não se torna corrosivo apenas com a propagação de desinformação, mas, também, pela ação de discursos de ódio, teorias da conspiração, informações distorcidas e outros fenômenos. Em segundo lugar, o entendimento de que a desinformação não ocorre apenas por meio de conteúdo falso, mas também pela falsificação de elementos de conteúdos verdadeiros, tais como a autoria, a data, o canal de divulgação e o contexto. Em terceiro lugar, o fato de que a desinformação não existe apenas no conteúdo de mensagens, na intencionalidade dos produtores, mas ela se manifesta nos fluxos da informação, nos diferentes regimes de informação que articulam aspectos políticos, econômicos, tecnológicos, sociais, entre outros. Por fim, a constatação de que há diferentes atores relacionados com o problema, tais como governos, legislativos, meios de comunicação de massa e empresas de tecnologia digital.

Contudo, em todas essas iniciativas e documentos, percebe-se ainda uma lacuna. Todos mencionam os três componentes da integridade da informação – precisão, consistência e confiabilidade. Mas pouco se desenvolve sobre eles. Algumas vezes são



quase tomados como sinônimos. É em relação a essa lacuna que este texto pretende trazer uma contribuição.

3 OS TRÊS COMPONENTES DA INTEGRIDADE DA INFORMAÇÃO

O primeiro elemento da integridade da informação é a precisão. Ela diz respeito ao mundo objetivo, isto é, à realidade que tem uma existência independente da nossa vontade. Essa realidade é a da ordem da contingência. Algumas vezes, o termo usado para descrever esse elemento é acurácia – o que significa a ideia de que pode haver uma maior ou menor precisão de determinado conteúdo em relação ao real. Esse elemento evoca uma natureza cognitiva da informação: a informação faz referência a um mundo que tem uma existência independente dos sujeitos, e existem diferentes formas de se fazer essa referência, com maior ou menor precisão. É a dimensão da informação como conhecimento, o que Arendt (2022) chama de realidade factual.

Wilson (1983) apresenta duas formas de conhecimento: o conhecimento em primeira mão (baseado na experiência direta do sujeito) e o conhecimento em segunda mão (baseado na experiência de outrem). Em relação a essa segunda forma, Wilson introduz a ideia de autoridade cognitiva (ou autoridade epistêmica) para identificar determinados atores dotados de credibilidade em relação a determinados assuntos. Essa credibilidade é construída no seio das interações humanas, resultando no fato de determinados sujeitos adquirirem credibilidade e influência em uma determinada esfera de ação da vida humana.

Fallis (2004) identifica que grande parte do conhecimento que temos do mundo vem da experiência dos outros, e propõe a necessidade de uma epistemologia do testemunho, isto é, o fato de que a autoridade de outrem vem da sua experiência. Ainda que determinado conteúdo venha de uma autoridade cognitiva, ele pode ser falso, inexato, distorcido ou fraudulento. O poder de verdade de um testemunho tem relação com as evidências e fatos do mundo e os modos de obtenção dessas evidências, que são o que garante a confiabilidade desse testemunho. As autoridades cognitivas podem estar ligadas a instituições. Elas não são apenas as fontes de informação (a autoria), mas também os procedimentos adotados para se gerar seu conteúdo, a sua reputação



(comportamentos passados e histórico de confiabilidade), a existência de interesses ou vieses, sua concordância com outras autoridades ou fontes de informação, entre outros.

Algumas formas de conhecimento são cotidianas, intuitivas, espontâneas, imediatas, necessárias em face das situações vividas. Outras são produto de um trabalho sistemático de pesquisa e estudo, menos imediatas, que procuram tomar certa distância do vivido, comprometidas com a busca permanente do conhecimento objetivo, aprofundado e sistemático da realidade. Esse segundo grupo é o conhecimento científico, que se tornou a autoridade cognitiva das sociedades modernas. Isso não significa que outras formas de conhecimento não possam proporcionar conhecimentos adequados sobre a realidade – mas, sim, que o compromisso com os fatos não é o seu objetivo final. Esse componente da integridade da informação tem relação direta com os conceitos de desinformação que a veem como ações que disseminam deliberadamente informações falsas, com o intuito de enganar ou confundir pessoas para causar percepções enganosas da realidade.

O segundo elemento da integridade da informação é a consistência. Ela diz respeito ao mundo intersubjetivo, isto é, à ligação entre uma ação e os objetivos aos quais ela se propõe. Está pressuposto nesse elemento a ideia de que a informação não é apenas algo ligado à emissão de mensagens, mas é uma forma de agir no mundo e, ao mesmo tempo, construir esse mundo. A consistência diz respeito à realidade não como contingência, como o que independe dos sujeitos mas, justamente, o contrário: ao mundo que se quer construir, ao mundo necessário, considerando as demandas dos atores e sujeitos que vivem nele. E ainda: os objetivos dos sujeitos não são os mesmos, existem interesses diferentes e, muitas vezes, contraditórios. É por isso que, em alguns dos documentos sobre integridade da informação, esse elemento recebe a denominação “equilíbrio”: a ideia de que os diferentes interesses devem ser apresentados e contemplados em busca de sínteses que sejam as melhores para todos.

O elemento central desse componente é o caráter normativo, isto é, a construção de normas para conduzir as ações humanas. É o que Arendt (2022) chama de verdade racional, isto é, aquela que é construída pelos sujeitos – o mundo que os sujeitos querem, isto é, que depende da ação e da vontade deles. Isso remete à discussão sobre a origem das normas e o grau de conscientização dos sujeitos sobre sua natureza arbitrária e negociada. É a dimensão da informação como cultura. É possível



identificar os processos de gênese e conscientização das normas de duas maneiras, uma individual e outra social.

Weber (1999) apresentou três tipos de comportamentos que são regulamentados socialmente. O primeiro é o uso, um modo de regulamentação dos comportamentos por meio de uma repetição inconsciente de determinadas ações. O segundo é a tradição, que ocorre quando essa repetição passa a fazer parte de uma longa vivência, tornando-se hábito. Nesse caso, a herança dos antepassados passa a ser uma prescrição para a ação futura, e ocorre uma relativa tomada de consciência, por parte dos atores, dessas regularidades dos comportamentos passados. O terceiro tipo é a convenção. Nela, surge nos sujeitos a consciência de que as normas podem ser produzidas de maneira intencional, de que elas são o produto da ação dos sujeitos – e não produto da vontade divina ou de alguma força transcendental. A regulação dos comportamentos parte de um nível inconsciente e irrefletido, havendo depois uma tomada de consciência gradativa das normas por parte dos atores.

Uma segunda possibilidade de análise das normas, a partir de uma visão psicogenética, é feita por Piaget (1994). Piaget identifica quatro estágios do desenvolvimento moral da criança: pré-moral, moralidade heterônoma, intermediário e autonomia moral. No primeiro, a criança não conhece as regras sociais e age no mundo de forma relativamente inconsciente, sem compreender ou aceitar as regras. No segundo, a criança compreende as normas como existentes nelas mesmas, externas à sua consciência e à sua vontade. No terceiro, a criança deixa de obedecer rigidamente à norma, observando-a em situações específicas e a interpretando. No estágio final, a criança reconhece o caráter consensual da norma, percebe que sua necessidade decorre da relação com o outro e vê que sua validade é condicionada pelo respeito recíproco das partes – a norma pode ser renegociada.

Assim, as normas nascem tanto de uma dinâmica social que se coloca sobre os indivíduos como partem dos indivíduos que ativamente a constroem. Além disso, as normas não são dadas, não são algo imutável, são dinâmicas, negociáveis entre as partes. São, também, espaços de autonomia dos sujeitos, de democracia e, ao mesmo tempo, políticos, pois pressupõem a necessidade de regulamentar a convivência das pessoas. Esse é o ponto em que Habermas trabalha com sua proposta de agir comunicativo. Em sua discussão sobre consciência moral e agir comunicativo, também



recorre a Weber e Piaget, mas seu ponto de partida é outro: a teoria do desenvolvimento da consciência moral de Kohlberg (1981), que identifica a existência de três níveis e seis estágios. O primeiro nível é o pré-convencional, em que há o estágio do castigo e da obediência (obediência literal à autoridade para evitar o castigo) e o estágio de objetivo instrumental individual e da troca (seguir as regras para atender os próprios interesses).

O segundo nível é o convencional, no qual há o terceiro estágio, das expectativas interpessoais mútuas (quando se reconhece que os outros também têm interesses) e o quarto, preservação do sistema social e da consciência (quando se busca cumprir o dever na sociedade para manter o bem-estar dela). O terceiro nível é o pós-convencional ou baseado em princípios. Nele, as decisões dos sujeitos se dão a partir de valores e princípios com os quais todos os indivíduos de uma sociedade concordam. Fazem parte dele o quinto estágio (dos direitos originários e do contrato social, isto é, quando se busca sustentar os direitos, valores e contratos de uma sociedade) e o sexto, dos princípios éticos universais, no qual se pressupõe a existência de princípios universais, que toda a humanidade deveria seguir. É importante ressaltar que Kohlberg entende a passagem de um estágio para o outro como um aprendizado. Habermas relaciona os seis estágios do juízo moral de Kohlberg com os discursos e atos comunicativos dos sujeitos, para embasar sua teoria da ação comunicativa.

Por fim, o terceiro elemento da integridade da informação é a confiabilidade. Ela diz respeito à dimensão subjetiva da informação, isto é, ao produtor de determinada mensagem, à completude do conteúdo dessa mensagem, e aos elementos que a compõem: o canal de sua veiculação, a data e o contexto em que ela foi produzida. Diferente dos dois primeiros elementos, que fazem relação com o mundo objetivo dos fatos ou o mundo intersubjetivo dos valores, aqui a referência é o próprio documento, o próprio conteúdo informacional – ela se refere à verdade do documento. Isso significa garantir que aquilo que está sendo apresentado como parte de uma ação de informação (com determinado autor, determinada data, determinado conteúdo) é, realmente, aquilo que diz ser – ou seja não está se fazendo passar por uma outra coisa que não seja. É por isso que, em alguns documentos sobre integridade da informação, a expressão utilizada é “autenticidade”, isto é, o fato de que cada um dos elementos que compõem a informação é verdadeiro com relação à própria informação. Trata-se da ideia de



verdade, não a verdade do mundo, mas a verdade do documento, do registro de conhecimento, tal como ele foi produzido e veiculado. Ela se opõe, assim, à ideia de falsificação, de adulteração, de alguma alteração fraudulenta. Em alguns documentos, o termo usado para designar esse atributo é “completude”, no mesmo sentido, isso é, de preservação dos elementos que compõem determinado registro. Ele se refere àquilo que está inteiro, que não sofreu alteração, quebra ou distorção, isto é, preserva-se tal qual produzido por seu autor e veiculado por determinado canal. É a ideia de informação como comunicação.

Thompson (1995) usa essa expressão para designar uma ampla gama de produtos especificamente humanos (ações, objetos, expressões) que são significativos, isto é, que envolvem uma ação criadora relacionada à capacidade simbólica. E ele apresenta o que chama de cinco aspectos que compõem essas formas simbólicas, isto é, que estão envolvidos em sua constituição, em sua própria forma de existência. O primeiro é o aspecto intencional, isto é, o fato de que essas formas simbólicas são expressões de um sujeito. O segundo é o aspecto convencional, que se refere ao fato de que tanto a produção quanto a interpretação das formas simbólicas envolverem a aplicação de determinadas regras, códigos e convenções. O terceiro é o estrutural, relacionado com o fato de que as formas simbólicas possuem uma determinada estrutura articulada, são compostas por elementos que se relacionam uns com os outros – o que, comumente, se chama de conteúdo. O quarto aspecto é o referencial, isto é, o fato de que as formas simbólicas representam algo, se referem a algo, apontam para algo fora delas que podem ser objetos, pessoas, situações. O quinto é o aspecto contextual, que tem relação com o fato de as formas simbólicas estarem sempre inseridas em contextos sócio-históricos específicos, e em função dos quais são produzidas, circulam e são interpretadas.

Em sua discussão, Thompson deixa claro que o significado das formas simbólicas não está contido em um ou outro aspecto. Ele não equivale à intenção do produtor, à convenção na qual se encaixa, à estrutura interna das mensagens, aos objetos aos quais faz referência nem ao seu contexto. O significado é complexo, ele é da ordem da interação de todos esses elementos, que atuam juntos para a completude de um ato de comunicação. E é por esse motivo que a alteração ou falsificação de qualquer um deles compromete a sua completude e, por consequência, a sua integridade.



Especificamente em relação a esse componente, deve-se ressaltar a ameaça maior das deep fakes, isto é, as falsidades profundas: conteúdos falsos produzidos com alto grau de sofisticação (por exemplo, inteligência artificial usada para gerar imagens, áudios ou vídeos fraudulentos, com adulteração de elementos preexistentes, de forma a fazer pessoas acreditarem na existência de algo que não ocorreu. São instrumentos de engano mais sofisticados e perigosos.

4 A IMPORTÂNCIA DA INTEGRIDADE DA INFORMAÇÃO

Desinformação, discursos de ódio, *fake news* e teorias conspiratórias podem ser entendidas como ações que degradam, fraudam, atrapalham e corroem o mundo coletivo construído pelos sujeitos. O conceito de integridade da informação, com seus três componentes, permite identificar a informação como conhecimento, como cultura e como comunicação. Ele remete à capacidade humana de conhecer e experimentar o mundo, gerar registros desses conhecimentos e experiências e os disponibilizar para outras pessoas. Ou seja, a informação é ao mesmo tempo conhecimento do mundo, construção da cultura e atividade de comunicação, de interação por meio de mensagens.

O potencial da ação de informação para a construção de acordos e negociações, de conhecimentos mais rigorosos, de construção de civilizações de promoção da justiça, entre outros, aproxima-se da proposta de esfera pública desenvolvida por Habermas, isto é, um espaço em que os diferentes atores sociais, usando a razão e o discurso, apresentam suas ideias e deliberam juntos sobre o que é melhor para todos. Esse conceito foi desenvolvido em 1962. Sessenta anos depois, o autor o atualizou para o atual cenário em que a esfera pública se dá, em grande parte, no ambiente digital (Habermas, 2023).

Pensando a partir dessa noção, é possível ver que a desinformação e os fenômenos correlatos representam usos corrosivos, violentos e irracionais da informação. Isso ocorre não apenas no âmbito de informações falsas, mas também da promoção do engano e da fraude (em que algo se passa pelo que não é), e também no âmbito dos valores humanos, que podem ser inclusivos e igualitários ou racistas, supremacistas, excludentes. Todos os potenciais da informação podem (e estão sendo)



sequestrados por grupos políticos, econômicos, religiosos, militares e outros na promoção da desinformação.

É nesse sentido que a ideia de integridade da informação se mostra como uma proposta que insere na ação informacional tanto a dimensão do conhecimento do mundo quanto dos valores que devem guiar nossas ações e, também, a segurança e a confiança que podemos ter em relação a tais ações. A informação como ação dos sujeitos no mundo significa a produção de determinados documentos em determinadas condições (cuja autenticidade pode ser verificada). Significa também a ação de se referir ao mundo, testemunhar fatos do mundo e disponibilizar tais testemunhos para que outros tomem decisões. E é também uma ação de construção do mundo, de definição dos valores e normas que devem guiar os comportamentos das pessoas (e cuja consistência pode ser avaliada em termos dos interesses dos diferentes atores).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os documentos da ONU e do G20 sobre integridade da informação mencionam vários atores e instituições que devem se envolver em sua promoção: governos, universidades, meios de comunicação de massa, veículos jornalísticos, instâncias legislativas e judiciárias, empresas e plataformas de redes sociais e aplicativos de mensagens instantâneas, entre outros. Neles não há, até o momento, menção a bibliotecas e profissionais de Biblioteconomia. Existe, portanto, um campo a aberto, uma grande oportunidade, para que a Biblioteconomia possa apresentar suas contribuições, com seus saberes consolidados há séculos, suas técnicas, seus serviços e ações.

O objetivo deste texto foi contribuir nesse sentido. Buscou-se, aqui, analisar os três elementos centrais que compõem o conceito de integridade da informação, buscando ver em que medida eles representam aspectos do conhecimento da realidade, do respeito a normas de convivência social e de autenticidade do que é publicado. Todos esses aspectos podem e devem ser trabalhos por bibliotecas e bibliotecários, relacionados com os vários fazeres técnicos e científicos desenvolvidos, ao longo dos anos, pela Biblioteconomia.



REFERÊNCIAS

- ALFARO LÓPEZ, H. **Estudios epistemológicos de bibliotecología**. México: UNAM, 2010.
- ALMEIDA JR., O. **Sociedade e biblioteconomia**. São Paulo: Polis; APB, 1997.
- ARAÚJO, C. A. Á. Biblioteconomia: fundamentos e desafios contemporâneos. **Folha de rosto**, v.3, n. 1, p. 68-79, jan./jun., 2017.
- ARENDT, H. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2022.
- BERTRAND, A.-M.; ALIX, Y. **Les bibliothèques**. Paris: La Découverte, 1998.
- BUTLER, P. **Introdução à ciência da biblioteconomia**. Rio de Janeiro: Lidador, 1971.
- CYSNE, F. **Biblioteconomia**: dimensão social e educativa. Fortaleza: Ed. UFC, 1993.
- FALLIS, D. On Verifying the Accuracy of Information: Philosophical Perspectives. **Library Trends**, v.52, n.3, p. 463-487. 2004.
- HABERMAS, J. **Teoria da ação comunicativa**. São Paulo: Ed. da Unesp, 2022.
- HABERMAS, J. **Uma nova mudança estrutural da esfera pública e a política deliberativa**. São Paulo: Ed. Unesp, 2023.
- KOHLBERG, L. **Essays on moral development**. San Francisco: Harper & Row, 1981.
- LANKES, D. **The atlas of new librarianship**. Cambridge: MIT Press, 2011.
- ORTEGA Y GASSET, J. **Missão do bibliotecário**. Brasília: Briquet de Lemos, 2006.
- PÉREZ PULIDO, M.; HERRERA MORILLAS, J. L. **Teoría y nuevos escenarios de la biblioteconomía**. Buenos Aires: Alfagrama, 2006.
- PIAGET, J. **O juízo moral na criança**. São Paulo: Summus, 1994.
- RANGANATHAN, S. R. **As cinco leis da biblioteconomia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2009.
- SAMEK, T. **Biblioteconomía y derechos humanos**. Gijón: Trea, 2008.
- SANTOS, N. **Integridade da informação**: uma agenda em disputa. Salvador: Aláfia Lab; São Paulo: Fundação Friedrich Ebert Stiftung, 2024.
- THOMPSON, J.B. **Ideologia e cultura moderna**. Petrópolis: Vozes, 1995.
- WEBER, M. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.
- WILSON, P. **Second-hand knowledge**: an inquiry into cognitive authority. Westport, Conn: Greenwood. 1983.